

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N º 321

Período: 07/03/2009 a 13/03/2009

GEDES - Brasil

- 1- Mulheres e ex-militares ganham ações de anistia e indenizações
- 2- Soldados do Exército e das Polícias do Estado de São Paulo procuram por armas roubadas
- 3- Ministro da Defesa participa do I Encontro do Conselho de Defesa Sul-Americano
- 4- Opiniões acerca da ditadura militar brasileira
- 5- Exército vai reduzir o número de recrutas
- 6- Discussão sobre pacto entre Brasil e Colômbia
- 7- General deixa cargo exaltando o Golpe Militar de 1964

1- Mulheres e ex-militares ganham ações de anistia e indenizações

Conforme divulgaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, durante uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher ocorrida no dia 06/03/09, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça consentiu anistia e reparos financeiros a 17 mulheres que foram perseguidas durante a ditadura militar brasileira. Dos processos analisados, algumas mulheres foram homenageadas postumamente e seus familiares e ex-cônjuges receberam as indenizações do Estado. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que também foi perseguida politicamente no período, e foi convidada a participar da sessão, mas não pode comparecer, enviou uma carta ressaltando a atuação das mulheres no período. Além das reparações às mulheres, tramitam também processos de reparação a ex-militares que, segundo *O Estado de S. Paulo*, somam 7 mil casos a serem julgados até 2010. As indenizações já obtidas pelos ex-militares, cerca de R\$ 1,2 bilhões, correspondem à metade das indenizações pagas a outras pessoas que também foram vítimas na ditadura. O jornal afirma que esse tipo de “faturamento” gerado pela Lei da Anistia é também explorado por setores políticos, que se aproveitam da “dor das famílias dos desaparecidos”, para alcançar projeção política. Um exemplo seria o caso do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que recentemente propôs uma “missão” destinada à busca de corpos na região da Guerrilha do Araguaia, o que, para *O Estado de S. Paulo*, tem um caráter meramente político. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 07/03/09; Jornal do Brasil – Tema do Dia – 07/03/09; O Estado de S. Paulo – Opinião – 08/03/09*).

2- Soldados do Exército e das Polícias do Estado de São Paulo procuram por armas roubadas

Segundo as publicações dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cerca de dez indivíduos roubaram no dia 05/03/09 o Centro de Treinamento Tático (CTT), da empresa de segurança Grupo Patrimonial. Foram levados 22 fuzis (12 destes de calibre 7.62 e 10 de calibre 5.56) e 89 pistolas (de calibre .40 e 389).

Segundo os jornais, a direção do CTT tem 15 dias, a partir do dia 06/03/09 para responder às indagações do Exército em processo administrativo aberto para apurar o caso. Em nota divulgada pelo Exército, a Força é responsável por “autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados”, não sendo, portanto, responsável pela verificação de normas de segurança da empresa. As armas roubadas são de uso controlado e, segundo o Coronel Moura, o CTT conta com registros de funcionamento das armas, o que pode dificultar o repasse das mesmas. No dia 08/03/09 ocorreu um novo roubo de armas, no quartel do Exército na cidade de Caçapava, sendo que 07 fuzis foram subtraídos. Nesse caso, como se trata de crime militar, as investigações serão conduzidas pelo próprio Exército. O governo do estado de São Paulo colocou as polícias Militar e Civil à disposição do Exército para localização dos suspeitos dos roubos. De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, 200 homens soldados e pelo menos 100 policiais civis e militares, com a ajuda de dois helicópteros, ocuparam quatro bairros das cidades de São José dos Campos e Caçapava para tentar recuperar as armas. O Superior Tribunal Militar (STM) afirmou que qualquer operação fora dos quartéis necessita de autorização judicial, já que isso é uma atribuição da Polícia Militar, e o Exército respondeu que uma autorização “está sendo providenciada”, ressaltando não se tratar de uma ocupação, mas de pontos de controle e patrulhamento. Ainda sem autorização, os militares montaram pontos de bloqueio e vigilância em quatro áreas das duas cidades escolhidas pela inteligência do Exército como possíveis destinos das armas e também revistaram alguns imóveis. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Exército suspeita do envolvimento de algum militar ou ex-militar no caso e alguns que deixaram o Exército nos últimos meses estão sendo investigados. O Comando da Força em Caçapava ainda afirmou que sete militares rendidos na ação foram afastados de suas funções para que possam ser ouvidos e investigados. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/03/09; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/03/09; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/03/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/03/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/03/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/03/09).

3- Ministro da Defesa Nelson Jobim participa do I Encontro do Conselho de Defesa Sul-Americano

Conforme os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, participou da primeira reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, que foi realizado no Chile. O evento foi marcado por ser a primeira participação conjunta dos Exércitos da América do Sul, assim como o debate em torno de uma estratégia conjunta referente à defesa da região. O Conselho foi proposto, inicialmente, como um simples fórum de debates, mas poderá tornar-se uma aliança militar defensiva da região, isso porque o Plano de Ação 2009 – elaborado na reunião preparatória de vice-ministros do dia 09/03/09 – prevê a adoção de uma doutrina política comum, além de um inventário da capacidade militar atual dos países membros e um monitoramento dos gastos no setor. O Plano ainda traçou quatro áreas a serem discutidas: políticas de defesa, operações de paz, indústria bélica e capacitação. Na reunião ocorrida no dia

10/03/09, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, foi proposto pela Argentina a criação de um banco de dados com as despesas de cada país e indicadores econômicos do setor, proporcionando desta forma mais transparências aos gastos militares dos países signatários. Segundo o jornal, esses dados seriam catalogados para análise e proposição de novas políticas de defesa, a cargo de um Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), a ser criado em Buenos Aires. Também estiveram em pauta as discussões sobre os avanços ocorridos nas Forças Armadas, a partir dos anos 80, com início da redemocratização da América do Sul, sendo exaltados como um dos maiores progressos a integração do Direito Internacional dos Conflitos Armados (Dica) na formação militar. A Venezuela foi encarregada de “elaborar o registro das academias e centros de estudo em defesa e de seus programas e criar uma rede sul-americana de capacitação e formação”. Ao Equador coube o papel de realizar um diagnóstico da indústria de defesa dos países-membros, com capacidades e áreas de associação estratégicas para “promover complementaridade, pesquisa e transferência tecnológica”. Segundo Jobim, “foi uma reunião ótima. Além da série de ações aprovadas, viabilizou a possibilidade de uma comunicação direta”, destacando ainda que o Conselho não pode ser entendido como uma aliança nos moldes clássicos, como no caso da Organização do Atlântico Norte (OTAN), e distribuiu aos demais ministros de Defesa cópias da Estratégia Nacional de Defesa brasileira. No entanto, segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nessa primeira reunião do Conselho de Defesa da Unasul prevaleceu a desconfiança. Os jornais apontam para uma possível divisão do Conselho devido a uma retórica antiamericanista, tendo em vista que é a primeira vez que os países da região se reúnem “sem a tutela de uma potência”, conforme frisou o ministro da Defesa venezuelano Ramón Carrizález. A discórdia pode ser intensificada pelas declarações recentes do ministro da Defesa colombiano, Juan Manuel Santos, nas quais alega que o país pode agir em “legítima defesa” contra a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em territórios além das fronteiras do país. Essas declarações podem gerar novos debates diplomáticos entre Colômbia e Equador. Outro ponto de conflito foi a exigência da Venezuela de se discutir “enfoques conceituais” para a defesa. Para o governo de Hugo Chávez, as Forças Armadas da região devem compartilhar dos mesmos princípios ideológicos, ou não haverá uma aliança verdadeira, da mesma forma que a Bolívia afirma que uma doutrina hemisférica de segurança e defesa forneceria à região mais personalidade. Brasil e Chile enfatizam que a ideologia pode acabar diluída ao longo dos debates. Paralelamente, conforme noticiou *O Estado de S. Paulo*, Chile e Peru se enfrentam na questão dos limites marítimos entre os dois países, mas o Chile descarta a possibilidade de retomada das negociações e seu ministro da Defesa afirmou que “a criação do conselho não supõe que todas as diferenças ou tensões regionais tenham sido superadas”, mas ressaltou que o novo organismo “pode ajudar a manter espaços de diálogo, apesar das dificuldades”. Em todo caso, os debates iniciados nessa primeira reunião terão prosseguimento no Primeiro Encontro Sul-Americano de Assuntos Estratégicos, que ocorrerá em novembro de 2009, na cidade brasileira do Rio de Janeiro. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 09/03/09*; *Folha de S. Paulo – Brasil – 10/03/09*; *Folha de S. Paulo – Mundo – 11/03/09*; *O Estado de S. Paulo – Nacional*

– 09/03/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/03/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 11/03/09).

4- Opiniões acerca da ditadura militar brasileira

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o professor de Ciências Sociais Marcelo Ridenti, afirmou que a ditadura militar brasileira instaurada em 1964, com apoio de civis, tinha como objetivo a manutenção da democracia que supostamente encontrava-se ameaçada, por isso nunca se assumiu como ditadura e sim como “democracia relativa”. Segundo Ridenti, ao contrário do que pensavam seus opositores, ela trouxe modernização para sociedade, contudo de caráter autoritário, as custas do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas. Outra contradição estaria no fato de depender de profissionais capacitados para executar sua modernização, sendo que muitos destes eram de oposição ao regime e concentravam-se em universidades e jornais. A ditadura brasileira teria assumido a “tradição autoritária das elites, o positivismo e toda uma história nacional. Esses aspectos lhe deram peculiaridade desenvolvimentista em relação às demais ditaduras no Cone Sul, ainda mais cruéis, até porque enfrentaram maior resistência”. Em contrapartida, de acordo com a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 10/03/09, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, participou de um seminário sobre mulheres no poder e criticou o termo “ditabranda”, utilizado na caracterização do regime militar brasileiro no editorial do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 17/02/09, o que foi criticado por muitos especialistas. Rousseff afirmou que “muitos ainda chamam a ditadura de ditabranda. Uma inversão absurda da questão relativa a qualquer processo de restrição de liberdade, de prisões. Não interessa se são dois, se são cem, se são mil” e ainda ressaltou que não conheceu a brandura do regime, sendo ela mesma um produto do regime duro. Em coluna na *Folha de S. Paulo* do dia 11/03/09, outro ponto relativo ao comportamento frente aos fatos do regime militar foi apontado pelo jornalista Elio Gaspari: a abertura dos documentos e o embargo de determinados conteúdos. Gaspari ressaltou a entrega de 3000 páginas com atas do então Conselho de Segurança Nacional (CSN) pelo General Jorge Felix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao Arquivo Nacional e expressou que a atitude foi um importante acontecimento, embora 413 linhas tenham sido tarjadas. Segundo o autor do artigo, tarjar apenas um trecho, não o documento inteiro, quando esse trecho compromete o Estado, é uma boa prática, sendo a liberação gradual uma forma de transparência e não de censura. (*Folha de S. Paulo* – Opinião - 09/03/09; *Folha de S. Paulo* – Brasil – 11/03/09; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 11/03/09).

5- Exército vai reduzir o número de recrutas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, em decorrência de cortes orçamentários, o Exército deve reduzir em 2009 cerca de 31% o número de soldados recrutas incorporados. O Exército se viu obrigado a reduzir o número de recrutas por causa do anúncio de contingenciamento da ordem de 30% do seu orçamento. Dos 70 mil soldados que deveriam prestar serviço militar em 2009

apenas 43 mil ingressaram no Exército até o momento, sendo que outros 5 mil entrarão em agosto, totalizando 48 mil. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/03/09).

6- Discussão sobre pacto entre Brasil e Colômbia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, está sendo discutido um pacto entre Brasil e Colômbia que, embora ainda não aprovado, permita que as Forças Aéreas de ambos países façam incursões a fim de executar missões de vigilância nas quais será permitido que aviões dos países em questão façam sobrevôos que ultrapassem 50 quilômetros de suas respectivas fronteiras. Em reunião, os ministros da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, e da Colômbia, Juan Manuel Santos, mostraram-se preocupados com a ação das Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) na fronteira e Jobim, afirmou que, caso os rebeldes tentem adentrar no Brasil, "serão recebidos a bala", demonstrando interesse em ampliar o forte controle terrestre, já existente na fronteira, com o controle aéreo e fluvial. O ministro colombiano também mostrou interesse no projeto de construção de um avião de carga KC-390. (Folha de S. Paulo – Mundo – 12/03/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/03/09).

7- General deixa cargo exaltando o Golpe Militar de 1964

O Comandante Militar do Leste, General Luiz Cesário da Silveira Filho, deixou o cargo no dia 11/03/2009 e em seu discurso de despedida exaltou o Golpe Militar de 1964 que depôs o então Presidente da República João Goulart. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Cesário, que participou ativamente da revolução democrática de 31 de março de 1964, ocupando a posição de combate no Vale do Paraíba, considera Emílio Garrastazu Médici uma liderança incontestável. Além de elogiar os colegas de turma, o General ressaltou que o Golpe de 1964 evitou o golpe preparado pelo governo da época contra as instituições democráticas do país. Silveira Filho também se demonstrou preocupado com o atual Exército, alegando que o mesmo passa por "dias de inquietude e incerteza"; a crítica foi feita em referência à Estratégia Nacional de Defesa, elaborada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, para lidar com as debilidades do sistema de defesa brasileiro. Finalmente, o General também demonstrou indignação com a concessão da patente de Coronel ao guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Carlos Lamarca, o qual considera um "assassino". (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/03/2009).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES).